

ASPECTOS POLÍTICOS DA CRISE DO MODELO AGRO-EXPORTADOR E AS RELAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL

AGERSON TABOSA PINTO

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, como o seu próprio título anuncia, estaremos tratando simultaneamente de Política, Economia e Sociologia. São as relações de classe, tema sociológico fundamental, examinadas numa fase da Economia brasileira, em suas relações com as variáveis políticas. Se relacionar temas tão complexos, como este, é por si difícil, mais difícil ainda é acompanhar esse relacionamento ao longo de quase um século, pois a crise do modelo agro-exportador se inicia pelos meados do século XIX, prolongando-se até 1930, quando começa a fase da industrialização por substituição de importações. Claro que variáveis outras que não somente a política influíram na caracterização do modelo e de sua crise. A limitação aos aspectos políticos teve por objetivo ensejar uma abordagem mais cuidadosa do assunto. Com estudos, no mesmo nível, de outros aspectos do tema, estaremos nos habilitando o compreender melhor essa fase da vida política e econômica do Brasil.

A expressão "crise" não está aqui empregada no seu sentido etimológico, significando o ponto mais agudo, o momento mais grave, que, por definição é instável e efêmero. Por crise do modelo entende-se o seu declínio, o afastamento de sua forma pura, a fase de transição para outro modelo, em que traços característicos do modelo desaparecem e novos traços começam a imprimir uma nova

feição à economia. HELIO JAGUARIBE chama a fase agro-exportadora de economia colonial, e, sua crise, de economia semi-colonial. (1)

O modelo agro-exportador e sua crise representam apenas a imagem de um momento da economia brasileira. Explicam uma fase do modelo global do desenvolvimento econômico nacional. A ele se seguem dois momentos outros, conhecidos por modelo de industrialização por substituição de importações, e modelo associado, que é o atual.

Em que sentido a expressão "classes sociais" é empregada neste trabalho? No sentido marxista de grupos de antagonismo inconciliável, com base nas relações produção? No sentido weberiano, que também se fundamenta na dimensão econômica, embora sem pressupor necessariamente o antagonismo? Ou no sentido, amplamente usado pela sociologia americana, de estratos sociais, identificáveis pela convergência de várias dimensões? Eis uma das dificuldades da abordagem do tema que precisa logo ser contornada. (*)

Ao que nos parece, nenhuma dessas concepções satisfaz plenamente, embora todas elas nos forneçam elementos aproveitáveis para a explicação da realidade social brasileira do período. NELSON WERNECK SODRÉ, por exemplo, utiliza em seus vários livros, a concepção usada por marxistas contemporâneos, como Poulantzas e Stavenhagen. Como Poulantzas, (2) SODRÉ fala em classes dominantes, frações de classe e sempre percebe a existência de uma classe média ou pequena burguesia, posta entre a dominante e a classe trabalhadora, "abrangendo gradação muito grande de pessoas e camadas, variadas ativamente, ficando bastante fluidos os seus limites". (3) Sodré, como STAVENHAGEN, concebe as classes como "categorias históricas, ligadas à evolução e ao desenvolvimento da sociedade, constituídas no interior das estruturas sociais" (4). Mas será que existia classe trabalhadora na sociedade brasileira do Império e da República Velha? Teriam os trabalhadores de então cons-

(1) Cf. Jaguaribe, Hélio — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1969, p. 158.

(*) O conceito de classe é um dos mais discutidos pela teoria sociológica. Dahrendorf diz, com razão: "La historia del concepto de clase constituye, sin duda, en la sociología, el testimonio más extremado de su incapacidad, incluso en cuestiones terminológicas, para llegar a un mínimo de coincidencia." Dahrendorf, Ralf — *Las clases sociales y su conflicto en la sociedad industrial (Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft)*, Madrid, Rialp, 1970, p. 113.

(2) Cf. Poulantzas, Nicos — *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris, François Maspero, 1968, passim.

(3) Sodré, Nelson Werneck — *As Razões da Independência*, 2, ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969 p. 201.

(4) Stavenhagen, Rodolfo — "Estratificação e Estrutura de Classes", in *Estrutura de Classes e Estratificação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1966, p. 130.

ciência de classe (*), elemento que mantém acesa a chama do conflito classista? A nós parece que não. Com efeito a "imensa massa" de que se constituía a classe trabalhadora, excluídos os escravos e o pequeno contingente dos assalariados, era de "pequenos camponeses", em forma de moradores, servos ou agregados, muito semelhantes àqueles da França da mesma época, magistralmente descritos por MARX em "O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte": "A grande massa da nação francesa, é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe". (5)

RAYMUNDO FAORO, a seu turno, utiliza os conceitos weberianos de classe proprietária, classe lucrativa e classe social (*), compreendendo esta, no período colonial, "a população de camponeses, trabalhadores livres, servilizados por relações de fidelidade, e escravos". (6)

Dificuldades adviriam, por certo, do uso de classes sociais, neste

- (*) A consciência de classe, segundo Touraine, supõe a união destes três elementos: "afirmação de si, quer dizer, de um princípio de reivindicação; a oposição a quem detém o poder sobre o trabalho; e referência a uma sociedade cujas relações sociais entre a classe dominante e os trabalhadores constituem um elemento fundamental". Touraine, Alan, *Apud Rodrigues, Leônicio Martins, Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 160-161.
- (5) Marx, Karl — 18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kugelmann (*The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte — Letters to Kugelmann*), Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1969, pp. 115-116.
- (*) Não nos parece prático o uso da nomenclatura de Weber. Note-se que a classe social é um dos tipos de classe e que o núcleo de sua caracterização está na pluralidade de status de classe. O definido não estaria na definição, gerando ambiguidade? Eis a famosa passagem, textualmente: "A class is any group of persons occupying the following types of classes may be distinguished (a) A Class is a property class when class status for its members is primarily determined by the differentiation of property holdings; (b) a class is an acquisition class situation of its members is primarily determined by their opportunity for the exploitation of services on market; (c) the social class structure is composed of the plurality of class statuses between which an interchange of individuals on a personal basis or in the course of generations is readily possible and typically observable". Weber Max — *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, Macmillan, 1969, p. 424.
- (6) Faoro, Raymundo — *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1958, pp. 106-107.

trabalho como simples camadas ou estratos, por nos faltarem estudos empíricos para suporte da teoria. De que nos valeríamos para estratificar as diversas classes? Da ocupação, da renda, da educação ou do estilo de vida, dentre outros fatores? Ou de todos, ao mesmo tempo? Ora, assim consideradas, as classes sociais, como se observou SOROKIN, não passariam de estratos puramente nominais ou estatísticos, pois não teriam existência real, (7) para cuja manipulação necessariamente a existência de dados.

Vamos tentar discutir as relações de classes no Brasil durante a crise do modelo agro-exportador, apoiando-as na dimensão política, não no sentido de dominação estatal, mas na significação mais ampla de dominação (**), poder social, segundo a concepção de classe de DAHRENDORF: "Las clases son agrupaciones integradas por titulares de posiciones dotadas de um mismo grado de autoridad dentro de las asociaciones de dominación". (8) Substituir as relações de produção pelas relações de poder, como fundamento da diferenciação das classes não significa, em absoluto, subestimar a importância da variável econômica na causação dos fenômenos políticos e sociais. No caso brasileiro, em especial, as classes dominantes quase sempre coincidiram com as classes econômicas. (*) É o próprio DAHRENDORF quem explica: "Si definimos la clase en función de las relaciones de dominio o autoridad, tendremos, *ipso facto*, que las clases económicas son clases dentro de asociaciones económicas de dominación y que constituyen, por tanto, un caso particular dentro del fenómeno general de las clases". (9)

Na parte central do trabalho, começaremos estudando a evolução interna da Colônia, para depois apontarmos as determinantes da ruptura do pacto colonial. Em seguida, feita a análise das classes sociais da época, examinaremos como se relacionam. Por fim, teceremos algumas considerações sobre os partidos políticos, por expressarem eles, com bastante fidelidade, o comportamento social das classes dominantes e suas relações com as outras classes.

(7) Sorokin, Pitirim A. — Sociedade, Cultura e Personalidade (Society, Culture and Personality), Porto Alegre, Globo, 1968 p. 123.

(**) Alguns sociólogos brasileiros da nova geração, entre os quais Manoel T. Berlinck, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, estão contestando o uso das teorias da marginalidade e da modernização, para explicação do processo de desenvolvimento brasileiro, substituindo-as pela teoria da dominação ou do poder social. Para um estudo do conceito de dominação, ler de Pedro Demo: "Dominação: um fato social contestado".

(8) Dahrendorf, Ralph, *op. cit.*, p. 188.

(*) É Vitor Nunes Leal quem diz: "Os governos brasileiros têm saído, até hoje (escrevia em 1948), das classes dominantes e com o imprescindível concurso do mecanismo "coronelista". Coronelismo, Enxada e Voto, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948, p. 189.

(9) *Idem*, *ibidem*, p. 187.

2. DESENVOLVIMENTO

Vamos recordar, de início, a evolução política do Brasil, durante a Colônia, quando foi posto em prática, em toda sua pureza, o modelo agro-exportador. Examinaremos, em seguida, as razões que determinaram a ruptura do pacto colonial, passando, depois, ao estudo da estrutura das classes e de suas relações, desde a relação senhor-escravo, anterior à abolição da escravatura, até o coronel com a multidão dos que fazem a sua clientela, relação que se estendeu, importante, durante toda a República Velha.

2.1. *A evolução interna da Colônia* — Apesar de alguns fatores adversos, como o relevo e a população, foi bem rápido o desenvolvimento da Colônia. O sistema orográfico do Sul retardou e dificultou a penetração das bandeiras, enquanto na colônia inglesa da América do Norte, a marcha para o Oeste, favorecida pelas planuras sem fim, se opera celeremente e sem dificuldades. A população lusa colonizadora era pequena para explorar as riquezas do Brasil que era imenso. O recurso ao indígena e ao negro africano foi a única solução encontrada para o problema da mão-de-obra. O colono lusitano não tinha os preconceitos dos puritanos europeus que colonizaram os Estados Unidos. Aproximou-se do nativo e do negro, estes, por sua vez, se mesclaram, e, dessa *mélange* de raças heterogêneas, surgiu o tipo étnico brasileiro. (*)

Com a experiência de outras plagas, Portugal dividiu a colônia em capitanias hereditárias e cedeu as terras em sesmarias, unidades que vão gerar um tipo de organização produtiva no latifúndio. Sua produção se articulava com as propriedades menores que o circundavam, com as unidades de subsistência e com os entrepostos litorâneos que faziam o comércio exterior. Em razão desse comércio — centro da vida econômica colonial — surgiram, no litoral, as primeiras cidades brasileiras. No Interior, a política metropolitana de criação de vilas e povoações não logrou bons resultados. Como observa OLIVEIRA VIANNA, "... o regime municipalista, que a Metrópole pretendia realizar e instaurar na Colônia pela política da fundação de povoações e vilas, estava em antagonismo com a sua política econômica e povoadora — de distribuição de sesmarias... No período colonial, os engenhos reais e as fazendas de criação atraíam o homem. Pela enormidade de sua base física e pela distância dos centros urbanos, o prendiam dentro dos seus limites, o fixavam, como que o absorviam. Com isto, iam sugando, por assim dizer, de toda a sua seiva

(*) Cf., de Viana Moog, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*, 8. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 3-48, o qual estudando esses e outros fatores no desenvolvimento colonial do Brasil e dos Estados Unidos, ainda hoje é insuperável.

humana os arraiais, as povoações, as vilas, as cidades". (10) É que "o trabalho agrícola, em nosso país — ao contrário do que ocorreu no mundo europeu — sempre foi essencialmente particularista e individualista; centrifugava o homem — e o impelia para o isolamento e para o sertão." (11) Além disso, a presença da vila ou da cidade representaria uma limitação ao poder do proprietário que exercia uma dominação absoluta sobre todas as unidades do sistema latifundiário. Por outras palavras, sob seu poder estavam não somente os membros do seu clã parental, que eram membros da família nuclear e das famílias extensas consanguíneas, ritual e de serviços, como também pessoas do grupo mais amplo que era o seu clã feudal. É a essa fase colonial que se reporta FAORO, quando diz que "apenas uma classe existia no Brasil, a proprietária, em seus dois pólos. De um lado, os senhores territoriais, donos de terra, engenhos e fazenda; de outro, a população de camponeses, trabalhadores livres, servilizados por relações de fidelidade, e escravos". (12). Com fundamento no princípio do "do ut des" ou do "toma lá dá cá", grande era a solidariedade que unia essa grande família patriarcal. O chefe oferecia assistência e proteção em troca do que recebia trabalho e fidelidade.

Por enquanto, tudo corria bem nas relações Colônia-Metrópole. A terra, protegida, estava produzindo e as riquezas navegavam o Atlântico num só rumo, com um só destino — o enriquecimento de Portugal. Os interesses deste, que somente se preocupava com o domínio das terras e o controle das exportações, estavam ainda perfeitamente harmonizados com os interesses da classe dominante colonial, que, naturalmente, tirava bom partido da situação. O pacto colonial estava sendo cumprido em todas as suas cláusulas.

Apesar da não participação do povo, do povo massa, como chama OLIVEIRA VIANNA, nos negócios políticos da Colônia, (*) o que retardou o despertar de uma consciência nacional — esse povo em formação, com apenas um século de existência, começa a dar manifestações de sua força e do seu vigor. Com o seu próprio esforço, tinha resistido os contrabandistas franceses na guerra do pau-brasil, e havia iniciado a marcha para o Oeste, sem contar praticamente com nenhuma ajuda da pátria-mãe, que, na época, explica PANDIÁ CALÓGERAS, "não podia auxiliar sua possessão ultramarina, por estar assoberbada pelas dificuldades da Europa e das Índias Orientais". (13) Mas foi na guerra contra a Holanda que a Colônia

(10) Vianna, Francisco José Oliveira — *Instituições Políticas Brasileiras*, I, Rio de Janeiro, José Olympio, 1949, pp. 132-133.

(11) *Idem*, *ibidem*, p. 135.

(12) Faoro, Raymundo, *op. cit.*, p. 107.

(*) Além de só haver eleições na esfera municipal, muito reduzido era o número dos que dela participavam. Poucos tinham o *ius suffragii* (direito de votar), e mais limitado era ainda o *ius honorum* (direito de ser votado). Sobre o assunto, cf. Oliveira Vianna, *op. cit.*, pp. 145-153.

(13) Calógeras, J. Pandiá — *Formação Histórica do Brasil*, 6 ed., São Paulo, Nacional, 1966, p. 15.

deu a primeira grande demonstração do seu amadurecimento. Enquanto tropas portuguesas e hispânicas lutavam no Continente, sem reservas para proteger suas colônias americanas, estas tiveram de enfrentar sozinhas o inimigo e o fizeram com êxito. Segundo CALÓGERAS, "era este, para Portugal, um aviso sério. Não havia idéia de secessão, mas o fato de haver a colônia feito mais do que a metrópole em um ponto crucial como este, e de haver conseguido, praticamente abandonada pela mãe-pátria, vencer a guerra que essa não se animara a empreender, muito podia e devia significar... A própria paz, em seguida à capitulação incondicional do Recife, teria de obedecer aos ditames da Colônia muito mais do que às diretivas de Lisboa. Impavam de orgulho os colonos. Eram eles os vencedores, e haviam provado ser os iguais, se não os superiores, dos portugueses da Europa. A partir dessa fase, começou o Brasil a pesar de mais em mais na política de Portugal. Na América, nasceu e iniciou seu desenvolvimento um sentimento nacional, a tomar consciência de sua valia". (14) Acabrunhado com essa constatação e estimulado, em sua cobiça, pelos primeiros sinais do ciclo da mineração, com que tanto sonhara, Portugal passa a intensificar sua política centralizadora, com relação à colônia americana. Mantém os governadores gerais como simples delegado da Coroa, restringe os direitos dos donatários, reduz a autonomia das câmaras municipais e substitui os juizes ordinários, que eram eleitos, pelos juizes de fora, nomeados diretamente pela Metrópole. Na esfera econômica, inicia a odiosa política dos monopólios, dos privilégios e das restrições à produção, na mais pura linha mercantilista.

Se, por um lado, a política centralizadora concorreu para manter a unidade nacional, ameaçando constantemente pela vastidão territorial da Colônia e pelo isolamento social dos núcleos de colonização, por outro, provocou os primeiros desentendimentos entre as elites brasileiras e as elites lusitanas. Deixou de existir na Colônia uma classe dominante única, constituída dos proprietários de terras. Surgira e estava se desenvolvendo, com o volume crescente das exportações e importações, a classe lucrativa dos comerciantes. E enquanto a aristocracia fundiária e a aristocracia comercial disputavam a hegemonia colonial, começaram a pensar na autonomia política da Colônia, ressentidas com a Metrópole pela política centralizadora e restricionista. Portugal, a seu turno, marchava dia a dia para o empobrecimento. Mantinha-se arraigado no seu capitalismo comercial, ultrapassado e exausto, enquanto na Inglaterra, França e Países Baixos, o capitalismo industrial já tinha feito muito progresso. Portugal "representava, como diz SODRÉ, mero entreposto colocado em meio aos produtores coloniais e aos consumidores europeus, entre os produtores europeus e os consumidores coloniais"

(14) *Idem*, *ibidem*, p. 18.

(15) A nação brasileira padecia, toda ela, com a crise por que passava a pátria-mãe, porém era a classe média que mais sofria, vergada ao peso de escorchantes impostos. Daí a eclosão, nos mais diversos pontos do país, de movimentos de rebeldia, em busca da independência. Daí a influente presença, em todos eles, de considerável número de membros da pequena burguesia, literatos, profissionais liberais, sacerdotes, burocratas civis e militares.

O processo da emancipação política da Colônia tomou ímpeto decisivo com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e atingiu o seu desfecho, não por coincidência, em 1821, ano do seu retorno. HELIO JAGUARIBE observou, com muita acuidade, que "não foi o lado puramente formal da transferência para o Brasil, de sede da Coroa e a subsequente elevação do país, pela carta de lei de 1815 à dignidade do Reino, que singularizou o governo de D. João VI. Mais do que as importantes obras iniciadas e deixadas por D. João VI, o que deu a seu governo um realce de tão longa duração foi a mudança de perspectiva a que ele foi conduzido, por sua transplantação para o Brasil e que por ele foi deliberadamente adotada e plenamente conseguida. Essa mudança de perspectiva constituiu no abandono do fiscalismo tradicional da Coroa portuguesa e em sua substituição pela política de fundação e expansão do império português do Brasil". (16) E arremata: "A verdadeira independência do Brasil, como muito bem o sentiram os contemporâneos, dos dois lados do Atlântico, foi realizada por D. João VI." (17) A obra que D. João VI realizara e os acontecimentos que se seguiram à proclamação formal da independência vão explicar, em parte, o início da crise do modelo agro-exportador, objeto do próximo item.

2.2. *A ruptura do pacto colonial* — Não bastaria a maioria política nacional para explicar a decadência do modelo agro-exportador. Os historiadores são unânimes em reconhecer que as classes dominantes que fizeram a autonomia política não desejavam mais do que essa autonomia. (*) A liberdade política, no plano interna-

(15) Sodré, Nelson Werneck — *Formação Histórica do Brasil*, p. 170.

(16) Jaguaribe, Hélio, *op. cit.*, 142.

(17) *Idem*, *ibidem*, p. 145.

(*) Emília Viotti da Costa, observa que "a crítica ao sistema colonial corresponde às mudanças nas relações políticas e comerciais entre metrópole e colônia. Não implica, entretanto, na mudança de estrutura básica da produção colonial que ao capitalismo industrial convinha manter nas grandes linhas". "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil", in Dias, M. Nunes et al., *O Brasil em Perspectiva*, 3. ed., São Paulo Difusão Européia do Livro, 1971, p. 69. Ensina SODRÉ que, "em linhas gerais, a orientação da classe dominante colonial, que empresara a independência, consistia em aceitar todo o passado, menos a volta à subordinação à metrópole; manter o regime monárquico, na pessoa de um titular que podia ter os poderes normais, menos o de reaproximar-se de Portugal; aceitar a norma constitucional com os princípios liberais, menos aquilo que tocasse aos seus privilégios". *Razões da Independência*, p. 195.

cional, traria, por certo, mais liberdade econômica. As mudanças, porém, que logo se processaram, como a extensão do sufrágio, a eleição de autoridades municipais, como o juiz de paz e a extinção do tráfico de escravos e da escravatura, não estavam em suas cogitações.

Quais teriam sido as causas dessa mudança de rumo da economia brasileira? Apontemos, entre outras, a doutrina da livre competição, a queda das exportações e o surto de industrialização.

a) *A livre competição* — A doutrina mercantilista era incompatível com o liberalismo civil e político que se espalhava pelo mundo inteiro. Era preciso uma nova doutrina para conciliar a vida econômica com os ideais liberais. Nesta surge com a “Riqueza das Nações” de Adam Smith. Todas as teses mercantilistas foram, uma a uma, magistralmente contestadas. Aqui nos interessa de modo especial, aquela que defende a íntima associação entre o poder e a riqueza. (*) Segundo SMELSER, “while not denying that a nation's power depends in part on its wealth, he (Smith) attacked the notion that the best way to increase national wealth is through specific political encouragement. Governments, should not establish monopolies, fix tariffs, or show favoritism to certain industries. Rather they should allow the power to make economic decisions *to reside in the hands of the economic agents themselves*. In terms of power, the famous doctrine of *laissez faire* means that the state should not regulate, but should give business and commercial agents the power to regulate themselves. Strictly speaking, then *laissez faire* means a reallocation of power in the social system, not simply an absence of power”. (18)

Todas as expressões do intervencionismo estatal mercantilista — monopólios, privilégios e controle direto sobre a produção — haviam sido praticadas no Brasil. Percebendo que não havia mais condições para manter essa política econômica, D. João VI, ao chegar ao Brasil, decretou entre suas primeiras medidas, a abertura dos portos e outras providências compatíveis com a nova política livre cambista, da livre competição, da *free entreprise*. Informa EMILIA VIOTTI que “o princípio da liberdade e franqueza do comércio, qualificado de muito superior ao sistema mercantil, era defendido no

(*) Para os mercantilistas “the state is the locus of power. To stimulate economic growth and the increase of wealth, the state should use this power to regulate industry and trade. It should give political and economic support — by establishing monopolies, for instance — to industries that manufacture goods for export; it should restrict imports by taxation or prohibition; it should colonize both to acquire supplies of gold and silver and secure raw materials to be worked up for export. By thus increasing its wealth, the state was also increasing its power”. *Idem, ibidem*, p. 4.

(18) Smelser, Neil, J. *The Sociology of Economic Life*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1963, p. 6. op. cit. p. 5.

manifesto com que D. João VI procurava justificar os tratados assinados com a nação britânica". (19).

b) *A queda das exportações* — Ao mesmo tempo que as exportações decresciam e os seus preços baixavam, o volume das importações tendiam a aumentar, provocando deficit e desequilíbrio na balança de pagamentos. O açúcar, os minérios, o algodão e o tabaco, que tiveram elevada significação na pauta das exportações brasileiras, entraram no século XIX declinando. Quando, a partir de 1830, a crescente produção de café começa a compensar a queda daqueles produtos, os preços destes baixavam, em razão da competição internacional. "A gravidade da fase, diz SODRÉ, estava particularmente na circunstância da queda no valor. Exportávamos mais e recebíamos menos. Trabalhávamos mais, lucrávamos menos." (20) Para enfrentar o problema, o governo recorria normalmente aos empréstimos externos à majoração dos tributos e às emissões de papel moeda. O estímulo à industrialização de manufaturas para reduzir o volume de importações, pareceria ser uma medida racionalmente econômica.

c) *O surto de industrialização* — É a D. João VI que a economia brasileira também deve a revogação do famigerado alvará de 1785 que proibia a produção industrial no Brasil, e o primeiro estímulo à industrialização brasileira. Com recursos governamentais foi instalada a usina siderúrgica de Ipanema, base para o surto industrial que vai irromper nos meados do século XIX. Enquanto isso, tomaram-se outras medidas condicionantes da industrialização, entre as quais se destaca o aumento das tarifas de importação. Em 1844 são elevados "de 30% a 60% *ad valorem* os impostos sobre artefatos estrangeiros, de acordo com a maior ou menor possibilidade e conveniência de estimular a produção nacional". (21). A aplicação, em projetos industriais, dos recursos antes destinados ao tráfico de escravos, extinto em 1850, foi outro estímulo decisivo à industrialização. (*).

A prova de que esses incentivos produziram efeitos positivos é que já na década de 1850-1860, foram instaladas no Brasil 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás e 8 estradas de ferro, segundo in-

(19) Costa, Emília Viotti da, *op. cit.*, p. 76.

(20) Sodré, Nelson Werneck — *As Razões da Independência*, p. 191.

(21) Jaguaribe, Hélio — *op. cit.*, p. 162.

(*) "Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro d'onde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surtegiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável". São palavras do próprio Mauá. *Apud Faoro, op. cit.*, p. 212.

formações de CAIO PRADO JUNIOR. (22) Na liderança desse industrialismo, HELIO JAGUARIBE destaca a figura ímpar do Visconde de Mauá, que, "revelando uma compreensão das necessidades econômicas do Brasil que só seria sistematizada um século depois, com o Plano de Reaparelhamento Econômico e o Programa de Metas, se empenhou no desenvolvimento de quatro principais setores: a indústria de base, os transportes e as comunicações, a energia e, como meio de mobilizar todos, as finanças". (23).

Proibido o tráfico dos escravos e concedida a sua alforria geral (1888), recorreu-se deliberadamente a uma nova fonte de recursos humanos, para atendimento à crescente demanda de mão-de-obra. O trabalho começa a ser livre e remunerado, permitindo "a formação de um fluxo monetário de renda que criou uma demanda interna de bens e permitiu aplicar na oferta de bens a essa demanda os excedentes investíveis do produto nacional, tornando assim o crescimento induzido pela demanda interna". (24)

2.3. *A estrutura de classe* — Antes de passarmos ao estudo das relações de classes no período, vejamos a sua composição. Esta mantém-se quase a mesma durante cerca de um século, ou seja, ao longo de toda a crise do modelo agro-exportador. De acordo com SODRÉ, a estrutura das classes no Império compreendia estes três segmentos — a classe dominante, a classe média e a classe trabalhadora. (25). Estudemos cada uma de per si.

2.3.1. *As Classes Dominantes* — Para SODRÉ, em seus dois livros citados, apenas a aristocracia fundiária, dos senhores de terras e escravos, e, mais tarde, dos senhores de terras e servos, é classe dominante. Já FAORO porém considera também a classe lucrativa dos comerciantes como classe dominante. Ou, usando a linguagem da sociologia política marxista, seria ela uma fração da classe dominante, disputando, com a classe senhorial, a condição de fração hegemônica. À burguesia comercial, diz FAORO, interessa-lhe "debilitar o laço entre os senhores e dependentes, à caça de fregueses" e... "romper os vínculos da servidão (*), preocupando-se em fazer da propriedade rural objeto livre de negócios, sem os entraves das lealdades pessoais que sustentavam o bom rendimento agrícola". (26)

(22) Prado Júnior, Caio — *História Econômica do Brasil*, 15. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 192.

(23) Jaguaribe, Hélio — *op. cit.*, p. 164.

(24) *Idem*, *op. cit.*, p. 159.

(25) Cf. Sodré, Nelson Werneck, *Formação Histórica do Brasil*, p. 175 e *As Razões da Independência*, pp. 199-203.

(*) A abolição da escravatura, v. g., parece ter sido uma vitória da aristocracia comercial sobre a aristocracia fundiária.

(26) Faoro, Raymundo, *op. cit.*, p. 210.

CAIO PRADO JUNIOR é muito claro quando, falando dos traficantes (que depois vão constituir a burguesia comercial) diz que “se tinham tornado uma potência financeira, e apesar do desprestígio social que os cercava, faziam sombra com seu dinheiro às classes de maior expressão política e social no país: os fazendeiros e proprietários rurais, em regra seus devedores pelo fornecimento de escravos”. (27) Mas SODRÉ, mesmo depois de reconhecer a importância que, com a abertura dos portos, tiveram a troca e o comerciante e que a historiografia oficial não lhe tem dispensado a devida atenção, considera-o como integrante da classe média. A nós nos parece que a elite comercial, pelo seu poder de barganha, baseada na riqueza e na especulação, foi também classe dominante.

E a elite política dos governantes não foi igualmente classe dominante? Como sempre era mandatária dos grandes proprietários de terra, a classe política nem sempre apareceu ocupando posição própria dentro da pirâmide social da época.

2.3.2. *A Classe Média* — Segundo SODRÉ, essa classe é composta das seguintes frações:

“Os elementos ligados ao comércio, o externo como o interno, o primeiro em nível muito mais alto do que o segundo, e por isso mesmo os seus elementos gravitando na órbita da classe senhorial exportadora e reforçando-a; — os elementos ligados ao aparelho de Estado, o numeroso funcionalismo que deriva da ampliação daquele aparelho e de características normais à estrutura econômica brasileira, em que o Estado se apresenta como o empregador por excelência, a válvula propícia à compensação das limitações de um mercado de trabalho onerado pelo escravismo e pela servidão; — os elementos ligados a determinadas atividades ou profissões que passam, pouco, a ocupar um espaço mais amplo: as profissões ditas liberais, a atividade militar, a atividade religiosa, a atividade intelectual sob os seus diversos aspectos, inclusive o da atividade estudantil; — os pequenos produtores agrícolas, particularmente os que provêm da imigração e da colonização, sufocados pela presença esmagadora da grande produção e pela invasão do mercado pelos concorrentes estrangeiros.” (28). Essa classe passa a melhorar de *status* e ampliar-se, quando o processo de urbanização e industrialização aumenta a rede das ocupações técnicas e dos serviços burocráticos, e abolição extingue o trabalho escravo. FAORO observa que “o escravo teve como consequência, também, ainda mais abater a classe média de camponeses e pequenos proprietários. Sem recursos para comprá-los, foram vendidos pela concorrência daqueles que o empregavam. Sem o concurso dele, ainda, não podia instalar enge-

(27) Prado Júnior, Caio — *op. cit.*, p. 152.

(28) Sodré, Nelson Werneck — *Formação Histórica do Brasil*, p. 268.

nhos, empregando trabalhadores livres. Foram impelidos, dessa sorte, para as cidades, alinhando-se na classe social dos artistas, dedicados ao artesanato da pequena burguesia urbana". (29) Para NESTOR DUARTE, a sociedade brasileira anterior à abolição e às portas da República, "toda ela se resume em duas classes definidas que lhe esteiam o poder econômico e o poder político — a do senhor de escravo e a do escravo. A outra, a classe média, oscila entre as duas por dependência e consequência, sem poder ter predomínio e constituir grande base de apoio. Ora, seria essa classe média, se ela pudesse crescer, se ela pudesse ter peso econômico, a classe propriamente capaz de formar o melhor contingente de um povo político sobre o qual o Estado poderia, por sua vez, fundar-se e alargar-se livre de autarquias concorrentes e de castas dominantes... É, demais, dessa classe que saem o artifice, o comerciante, o letrado, o advogado, o operário ainda sem classe própria, o pequeno burguês, como o pequeno proprietário, o cidadão, o funcionário, um homem, enfim, sem outros compromissos com grupos poderosos e que oferece ao Estado outra superfície à extensão normal do Poder Público". (30).

2.3.3. *A Classe dos Trabalhadores* — Ainda segundo SODRÉ, a classe dos trabalhadores compreende:

— trabalhadores não escravizados, ou submetidos ao regime de servidão, nas áreas não escravagistas, ou exercendo, nas áreas urbanas, o trabalho físico, do mais rudimentar ao artesanal;

— escravos, numa fase em que, com o declínio da mineração, o trabalho escravo passa por transformações importantes, inclusive cedendo lugar, em vastas áreas, à servidão ou semi-servidão". (31)

Acrescentaria ao esquema de Sodré os trabalhadores estrangeiros que exerciam trabalho físico, mediante remuneração e confessaria dúvidas sobre esta não teria sido na época, "a mais importante classe do país, e não apenas por ser a mais numerosa e por ser aquela sobre cujo trabalho repousava a produção". (32) Também nunca nos pareceu correto, embora seja corrente na literatura sociológica, atribuir *status* a escravo, colocá-lo numa determinada classe. Ora, escravo não tem direitos, não tem personalidade civil, é mais animal do que homem. Diriam que exerce papéis na organização econômica. Mas será que ele tem consciência dos valores, das normas e das sanções correspondentes aos papéis? Na Roma Antiga, como ele não

(29) Faoro, Raymundo — op. cit., p. 108.

(30) Duarte, Nestor — *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*, São Paulo, Nacional 1939, pp. 191-193.

(31) Sodré, Nelson Werneck — *Formação Histórica do Brasil*, p. 175.

(32) Idem, *As Razões da Independência*, p. 202.

fosse *persona* (pessoa), mas apenas *res*, como não tivesse *nullum caput* (nenhuma capacidade), não fazia parte das castas de então.

2.3. *O Senhor e o Escravo* — A relação entre senhor e escravo sempre foi relação de propriedade. Diz-se que o escravo era membro do clã feudal, dependendo do senhor por direito de propriedade pessoal. (*) Os romanos consideravam um tipo especial de propriedade a relação de poder sobre o escravo, denominada *dominica potestas*, distinta da propriedade real (*dominium*), do pátrio poder (*patria potestas*) e de outras formas de dominação sobre pessoas livres (*mancipium*). Passando do clã feudal ao clã parental, os escravos, em grande parte, integravam a família extensa dos serviços, ocupados em atividades na casa-grande ou no sobrado.

Não nos cumpre, aqui, ressaltar a importância econômica do escravo, como mão-de-obra eficiente, sem influir praticamente nos custos da produção. (**) Mas antes enfatizar que o escravo, embora juridicamente incapaz, precisava, na ordem biológica e social, de proteção e assistência, o que recebia do seu senhor, devotando-lhe, em contrapartida, reverência e fidelidade. Fala-se em poderes absolutos do senhor sobre os escravos, mas a verdade é que não chegavam comumente ao *jus vitae necisque* (direito de vida e de morte) que já para os romanos parecia contrariar a natureza. Havia, entre eles, até uma certa interdependência. O escravo precisava de proteção para viver, enquanto o senhor precisava da reverência para manter o seu *status*, e não apenas da exploração da completa valia de um trabalho gratuito. Diz PANDIÁ CALÓGERAS que a classe verdadeiramente superior do Império, superior em experiência, em prudência, em pendores conservantistas em conexão com as instituições, sentiu-se decapitada”, ao perder os escravos. (33) É que, continua, “as perdas econômicas e a ruína da propriedade privada não foram, por certo, as conseqüências mais lastimáveis do grande bem que foi a abolição; o desastre irremediável, sim, foi a destruição súbita do prestígio e do influxo social de uma classe que, de fato, representava os melhores elementos do império”. (34)

A existência de levantes de escravos — “muito mais numerosos, segundo SODRÉ, do que a história e a crônica mesmo deixaram registrados” (35), não significa a negação da solidariedade de senhor e escravo, dentro do clã feudal ou parental. Contestar as razões do levante seria admitir a escravidão como ideal de vida. A ruptura dessa relação — senhor-escravo — decorreu diretamente da ação

(*) Cf. Vianna, Francisco José Oliveira, *op. cit.*, pp. 207-275.

(**) Nesse sentido é que Viana Moog diz que sempre houve uma utilização capitalista do escravo, vez que era instrumento de minimização de custos. Vide *Bandeirantes e Pioneiros*, pp. 114-115.

(33) Calógeras, J. Pandiá — *op. cit.*, p. 303.

(34) *Idem*, *ibidem*, p. 303.

(35) Sodré, Nelson Werneck — *As Razões da Independência*, p. 202.

aboliconista, em cuja liderança estava, entre outros, a nobre figura de Joaquim Nabuco (*), e, indiretamente, da pregação liberal iniciada antes mesmo da Revolução Francesa, então já espalhada pelo mundo inteiro. Era incoerente para o Brasil ter uma constituição liberal, pautar sua política econômica pelo liberalismo, estando a desprezitar o principal dogma do credo liberal — o que “todos são iguais perante a lei”.

2.5. *O Coronel e sua Clientela* — O coronel representa a continuação do grande proprietário, senhor de escravos, com as mudanças políticas e econômicas surgidas no fim do Império. Coronelismo, explica VITOR NUNES LEAL, não é patriarcalismo colonial, expressão da fase áurea do privatismo, em que havia “a concentração do poder econômico social e político no grupo parental”. (36) Também não se reduz “a simples afirmação anormal do poder privado”, nem significa tampouco “a poderosa influência, que, moderadamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado”... “O coronelismo pressupõe decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual.” O núcleo do conceito está na “relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”. Na verdade, acrescenta, “o simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público”. (37). Com a abolição da escravatura, o fazendeiro perdeu, é certo, propriedade pessoal, mas não sua influência política e econômica. Continuou classe dominante. A grande massa de escravos, transformados em servos, (expressão genérica com que os autores costumam definir esse estágio contraditório de liberdade jurídica com forte dependência econômica), continuava durante o Império fora do jogo político, já que o sufrágio ainda era censitário, exigindo, para exercê-lo, uma certa qualificação econômica.

CELSO FURTADO assim explica essa dependência econômica da enorme clientela do senhor das terras: “Dentro da economia de subsistência, cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A roça era e é a base

(*) Nessa luta patriótica em favor do escravo, Nabuco deve ter encontrado a maior resistência e deve ter sido atacado de todas as formas. Entre outros apelidos elogiosos, deve ter recebido o de “entreguista”. É o que se depreende desta passagem, escrita com amargura: Atacar a Monarquia, sendo o país, a escravidão, é traição nacional e felonía”. Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de — O Abolicionismo, Londres, Typ. de Abraham Kingdon, 1883, p. 193.

(36) Leal, Vitor Nunes — Coronelismo, Enxada e Voto: O município e regime representativo no Brasil, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948, p. 182.

(37) Idem, *ibidem*, p. 182.

da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária, de região para região, e de ano para ano numa região"... Em consequência, o roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social". (38) A verdade é que a situação do servo quase não diferia daquela do escravo. Segundo CELSO FURTADO, "não foi difícil... atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. Se bem que não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente, após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação". (39) Às vezes, tem-se até a impressão de que a situação piorara, como há historiadores da antiguidade clássica que consideram o *status* do colono (*servus glebae*), em Roma, inferior ao do próprio escravo (*servus*). Na verdade, os servos passavam a integrar a "classe dos lavradores que não serão proprietários, e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão... sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio", segundo a descrição de NABUCO. "Não se trata de operários que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem melos, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário — se existe esse *El Dorado*, em nosso país — e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar". (40)

Com o estabelecimento do sufrágio universal, no início da República, aumentou muito o prestígio político do "coronel", como que a compensar o declínio do seu privatismo. É que a arma do voto, colocada nas mãos da população rural, pobre e ignorante, só seria acionada ao comando de quem a dirigia, nos engenhos, nas estâncias,

(38) Furtado, Celso — *Formação Econômica do Brasil*, 9. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1969, pp. 128-129.

(39) *Idem*, *ibidem*, p. 147.

(40) Araújo, Joaquim Aurillo Barreto Nabuco de, *op. cit.*, p. 177.

nas fazendas e nos currais pastoris. É o que diz MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ, com outras palavras: "A extensão do direito do voto às classes populares não tivera, pois, outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais às ordens de determinado mandão político; como poderiam os agregados discordar dele se nem tinham a cultura necessária para formar opinião própria, nem podiam se manifestar em oposição aos fazendeiros sem perder o único amparo que possuíam? Como muito bem observa COSTA PORTO, o prestígio do coronel lhes advém da capacidade de fazer favores, (*) e quanto maior esta capacidade, maior eleitorado terá o chefe, ou mais alto se colocará na hierarquia política, será chefe estadual ou federal." (41) O Poder do coronel era tão grande que até o Governador do Estado parava à entrada do município onde estavam plantadas suas terras, pois neste só o coronel mandava (*). "Cada município era um feudo político que se transmitia por herança, do mesmo modo que a grande propriedade rural". (42)

2.6. *O trabalho livre do período* — Já vimos que o trabalho do servo não era propriamente trabalho livre. A libertação jurídica do trabalho não trouxe, de logo, sua libertação de fato. Por outras palavras, o trabalhador era livre, mas não tinha alternativas de trabalho, não havia para ele mobilidade ocupacional. O trabalho livre no Brasil começou com a imigração européia iniciada no começo do Império, porém só intensificada com a Abolição, na última década do século passado e nas três primeiras do presente. Se, de um lado, a migração interna da mão-de-obra contava com a oposição dos coro-

(*) Eis uma lista de favores normalmente esperados do coronel pelos seus agregados, apresentada por Vitor Nunes Leal: "arranjar emprego, emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e preparar testemunhas; providenciar médico e hospitalização; ceder animais para viagens; conseguir posses na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas dos seus protegidos ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamentos em casos de descaminho de menores... Quando o chefe local é advogado, médico, escrivão, sacerdote etc., muitos desses serviços são prestados pessoalmente, mediante remuneração irrisória ou inteiramente gratuitos. *Ibidem*, pp. 199-200.

(41) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira", in *Estudos de Sociologia e História*, São Paulo, Anhembi, 1957, p. 263.

(*) O efeito negativo desse estado de coisas está resumido nesta afirmação de Nestor Duarte: "Sem exagerar, podemos dizer que o senhor ou chefe rural acabou sendo fator de deformação do Estado e causa impediante de sua penetração nessa sociedade rural já tão distanciada territorialmente dele." *Ibidem*, p. 201

(42) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 241.

néis, interessados em manter repletos seus currais eleitorais (**), o trabalhador nativo, por outro lado, viciado com a agricultura de subsistência, talvez tivesse mais dificuldade de adaptar-se à vida das *plantations* de café do que o trabalhador estrangeiro. A esta época, os fazendeiros de café — primeiro produto da exportação nacional — já tinham prestígio suficiente para conseguir do governo incentivos à importação de colonos brancos europeus. O pagamento em dinheiro ao colono vai ter significação marcante no desenvolvimento da economia nacional. Ao mesmo tempo que favorecia a fixação do colono, ampliava o fluxo de renda monetária, elastecendo e diferenciando o mercado consumidor interno. CELSO FURTADO assim explica o surgimento do trabalho assalariado no Brasil: “A evolução se inicia pelo sistema de pagamento ao colono. O regime inicialmente adotado era o de parceria, dentro do qual a renda do colono era sempre incerta, cabendo-lhe a metade do risco que corria o grande senhor de terras. A perda de uma colheita podia acarretar a miséria para o colono, dada sua precária situação financeira. A partir dos anos sessenta introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida a parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual. Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta.” (43) O colono era uma componente nova do trabalho livre, que, como observa MARIA ISAURA, veio diferenciar o norte do sul “no sul, o fazendeiro reinava sobre o aglomerado de colonos; no norte, continuava o domínio do senhor sobre os antigos escravos e agregados. O tipo de exploração e de propriedades continuava o mesmo”. (44) Mas, será que as relações de classes continuavam as mesmas? Será que o colono sulista era tão explorado quanto o morador nordestino? A nós parece que não. O pagamento em dinheiro, coisa que o agregado não conheceu, não significaria uma limitação ao poder do fazendeiro, ao mesmo tempo que um fator de mobilidade do colono? Essa parece não ser a opinião de MARIA ISAURA, quando diz que “em lugar de turmas de escravos trabalhando no eito, eram agora turmas de colonos, na maioria italianos; estavam, porém, na inteira dependência do fazendeiro”; mas, quando assim descreve os colonos, a coisa não parece tão ruim: “Gente que chegava sem dinheiro, fazia-lhes o fazendeiro um primeiro empréstimo para facilitar a aclimação e permitir-lhes ad-

(**) Conforme Celso Furtado, “prevalcia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados”. *Ibidem*, p. 130.

(43) Furtado, Celso, *op. cit.*, p. 135.

(44) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 261.

quirir os instrumentos necessários; a fazenda lhes fornecia casa, geralmente de graça; e dentro da própria fazenda havia um armazém, de propriedade do fazendeiro ou por este arrendado a alguém, onde o colono fazia seus fornecimentos de víveres e roupas. Em geral, eram-lhes concedidas pequenas porções de terra para plantar ou para criar seus porcos e galinhas. O produto das plantações e criações, todavia, raramente o levavam para a vila, a fazer comércio; escoavam-se ali mesmo, em trocas com os vizinhos ou vendidas aos fazendeiros, ao administrador, à gente da direção da propriedade, enfim. A vida estava para eles concentrada na fazenda; iam à vila próxima ou para as festas de igreja, ou para os que necessitassem da presença da autoridade pública; a "colônia", aquele correr de casas alinhadas, era seu mundo, centro de sua vida. Prendia-os à fazenda não tanto o contrato, que geralmente era de um ano, mas as dívidas desde o começo contraídas com o patrão e que os azares da adaptação, as incertezas da vida numa terra estranha tornavam difíceis de saldar, antes aumentavam para uns de ano a ano, livrando-se delas muitas vezes pelo recurso da fuga... Mas era de regra permanecerem os colonos muitos na mesma fazenda, sujeitos ao mando do patrão; e se antes este ia à vila votar acompanhado somente de seu clã familiar, agora comandava um "eleitorado de cabresto" muitíssimo mais numeroso." (45)

É que as relações de trabalho no Brasil evoluíram muito lentamente. É ainda revestida de excessivo privatismo que aparece em nosso Código Civil de 1917, a figura do contrato de trabalho. Somente depois da Revolução de 30 é que o Governo começa a interferir nessa relação contratual, para, em princípio, socorrer a parte mais fraca. Em verdade, no ambiente liberal do Império e da República Velha, em que a classe dominante era a própria classe patronal, com esta tinha de ficar a parte do leão.

2.7. *Os Partidos Políticos e as Classes* — Caberiam aos partidos políticos, responsáveis pela direção da política nacional, a tarefa de amenizar a situação referida, de distanciamento das classes, de concentração de renda, de discriminação regional. Mas ocorria no Brasil, como em quase toda a parte, que os partidos políticos não tinham vontade própria. Eram joguetes das classes dominantes, dos que, ao mesmo tempo, detinham o poder político e o poder econômico. LAMBERT disse com razão que "A Democracia no Brasil, no século XIX, mais do que qualquer outra parte, não podia deixar de ser uma democracia de Senhores; não só os escravos, como a população do país." (46) Entramos no século XX sem nada mudar, em matéria de política, pois a participação da massa eleitoral nos pleitos con-

(45) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, op. cit., pp. 261-262.

(46) Lambert Jacques — Os Dois Brasis, 6 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1970, p. 223.

tinuava sendo inteiramente controlada. O sufrágio era universal, mas o voto continuava sendo de “cabresto” e “a bico de pena”. “A estrutura da sociedade não mudou e nem foi introduzida no Brasil a verdadeira Democracia, mas, na República como no Império, continuou o regime de representação dos Senhores”, diz ainda LAMBERT. (47) O Governo central dependia das oligarquias estaduais (*). Durante muito tempo São Paulo e Minas revezaram-se no supremo comando político, exatamente por possuírem as mais fortes oligarquias. Era a política “café-com-leite”. Os governos estaduais, a seu turno, dependiam dos coronéis (**). A máquina eleitoral coronelista funciona às mil maravilhas e o produto saía conforme a encomenda (***), na forma do compromisso — governo-coronel — que o povo ignorava completamente. É que o *status* precisava ser mantido. Para isso há muito vinha trabalhando o Partido Conservador, facção majoritária representativa da aristocracia territorial. Estribado em Lória, OLIVEIRA FREIRE a tenta explicar o nosso bipartidarismo inicial, basendo-se na estrutura econômica, na bipartição da renda, entre proprietários de terra, de um lado, e industriais e comerciante, do outro. “A influência econômica na organização dos partidos é uma observação de notáveis historiadores políticos. Coleridge e Turgot já notavam que a propriedade territorial era origem do Partido Conservador na Inglaterra, e a propriedade móvel do Partido Liberal. E hoje os historiadores afirmam que os partidos políticos na Europa têm todos uma base essencialmente econômica. Assim, dizia Lória, a cisão fundamental da renda, forma a base dos conflitos entre conservadores e progressistas na Itália; entre oportunistas e radicais, na França; entre *whigs* e *tories* na Inglaterra; entre *provinciani* e *porteños*, na República Argentina e

(47) *Idem ibidem*, p. 224.

(*) As oligarquias brasileiras enquadram-se perfeitamente no esquema conceitual que Graziarema elaborou dessa categoria. De suas características, estas se destacam: fontes rurais do poder; controle mais afastado e indireto; exclusão de participação (principalmente política); classes menos organizadas; desenvolvimento “para fora”, pela exportação; partidos de “quadros” e não de massas. Cf. Graziarema, *orge — O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina (Poder y Clases sociales en el Desarrollo de America Latina)*, São Paulo, Mestre Jou, 1971, pp. 54-58.

(**) Juarez R. B. Lopes, apolado em Vitor Nunes Leal, procura centrar a influência política no governo estadual. “Como para a oligarquia fazia pouca ou nenhuma diferença qual o grupo local que a apoiava e era por ela apoiada, a oposição vitoriosa terminava por aderir à oligarquia, arranjo vantajoso para ambos.” *Desenvolvimento e Mudança Social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*, 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1970, pp. 83-84.

(***) Rui Barbosa, nas eleições para Presidente da República, não obteve no Ceará mais de 2 votos, número bastante significativo para expressar o grau de dependência do eleitorado.

entre republicanos e democratas nos Estados Unidos" (48). Entre nós, foi o partido Conservador que "proclamou sempre a centralização como ponto essencial de seu programa, procurando cada vez mais arrojá-la". Impediu a reforma do Ato Adicional de 1834, que dava mais autonomia às províncias, e lutou até o último instante contra a extinção do tráfico e a libertação dos escravos. O Partido Liberal, a seu turno, fez a abolição da escravatura, conseguiu isenção de impostos para equipamentos industriais, o regime de garantia de juros para incentivo às indústrias e a emissão de bônus para auxiliar as empresas industriais. (49) Mas sem o apoio dos Conservadores, o Governo não poderia sustentar essa política protecionista, daí por que tentativas de intensificar a industrialização fracassaram, o país continuou exportando bens agrícolas e o rumo da economia só foi mudar já quase no meio deste século.

A verdade é que não havia nenhuma diferença entre Conservadores e Liberais no Poder. Uns e outros defenderiam os interesses das oligarquias e o povo continuaria esquecido. Como observa muito bem HERMES LIMA, "nossos partidos são sempre formados pelos próprios dirigentes que se acham no poder... sem vida interna de base democrática. Essa base era oligárquica... No fundo, o partido reduzia-se aos homens da classe dominante que o manipulavam". E concluiu dizendo que se pode afirmar dos partidos republicanos o que OLIVEIRA VIANNA disse dos partidos monárquicos: "são clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder". (50)

A conclusão que se tira é a de que, mantida a riqueza das classes dominantes, assegurados para si os privilégios, as honrarias e os melhores empregos, as outras classes que se danem...

3. CONCLUSÕES

Dos estudos feitos para este trabalho, foram estas as principais conclusões:

3.1. Não era bem verdadeira aquela descrição impressionista do escrivão da armada, com respeito à nova colônia portuguesa: "a terra é boa, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo..." Mesmo assim, a Colônia deu muita coisa e progrediu rapidamente. Riquezas oriundas do pau-brasil, do açúcar, dos minérios e do algodão

(48) Freire, Felisberto Firmo de Oliveira, "Estrutura Econômica e Partidos", in Menezes, Djacir, *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1957, p. 294.

(49) Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 295.

(50) Lima, Hermes, "Partido, Povo e Consciência Política", in Menezes, Djacir, *op. cit.*, pp. 253-256.

encheram os cofres da pátria-mãe. A população cresceu depressa, produto de três raças heterogêneas — o branco português, o amarelo nativo e o negro africano. A gente brasileira era pacífica e quase não houve conflitos de importância. Com três séculos de existência, o Brasil viu uma colônia do hemisfério norte, ainda mais nova do que ELE, sacudir o jugo da metrópole e marchar célere pela senda do progresso. O exemplo precisava ser imitado. Não se sabe bem que rumo teria tomado o Brasil, se tivesse sido tratado por Portugal, como os Estados Unidos o foram pela Inglaterra. Somos dos que pensam que o comportamento mais inteligente de *merry England* tenha feito o país do Tio Sam progredir mais rapidamente do que o Brasil.

3.2. Medidas restritivas da produção, monopólios, privilégios, impostos e mais impostos, ao mesmo tempo que descontentaram a aristocracia senhorial que comandava os destinos da Colônia, opunham-se ao capitalismo industrial, cujo desenvolvimento, no início do século XIX, já era intenso e reclamava liberdade para a competição. D. João VI compreendeu logo o problema da Colônia e aqui chegando começou logo a agir. Preparou a infra-estrutura para a mudança da economia, e ao voltar para Portugal já sabia que, naquele ano, o Brasil atingiria sua maioridade política. A industrialização começa, o mercado interno se expande, a mão-de-obra escrava desaparece e o Brasil deixou de ser unicamente exportador de matérias-primas e unicamente importador de manufaturados. Estava rompido o pacto colonial.

3.3. A marcha para o desenvolvimento não atingiu logo o *take off*, como nos Estados Unidos, em razão da barreira da estrutura de classes, ou de infra-estrutura social, pois a infra-estrutura física estava já muito bem condicionada. É que o proprietário de terras atravessara o Império e atingira a República com o mesmo prestígio, a mesma riqueza, o mesmo poder com que viera da Colônia. A sua classe — a classe dominante — era a única que tinha expressão. A incipiente classe média ainda não tinha independência, apanágio das classes médias. Dependia dos latifundiários. A classe trabalhadora, coitada, era, em sua grande maioria, constituída de escravos, e, depois, de servos. Inteliramente dependente, não tinha participação política; atolada na pobreza, não se mobilizava. Num ambiente desses, não há condições para o progresso. Nos Estados Unidos, por exemplo, a situação era diferente. De uma maior divisão das terras, resultara uma menor concentração inicial de rendas. A industrialização ampliara o mercado de trabalho e garantira um mercado interno para seus produtos. A livre competi-

ção estimulara os empresários e conclamara todas as classes para o *achievement* e para o *achived status*. Deram-lhes direitos políticos quando já gozavam de direitos civis.

3.4. O assistencialismo emergente das relações — senhor-esravo, e, depois, coronel-cliente — criou no brasileiro um sentimento de submissão, de passividade que o tornou mais afeito a pedir do que a reivindicar, a receber do que a dar, a viver parasitariamente do que a empenhar-se em trabalho produtivo e árduo. Esse sentimento concorreu, de certa forma, para retardar o desenvolvimento brasileiro.

3.5. Os partidos brasileiros, expressões acabadas das oligarquias dominantes, nunca dialogaram com o povo. Dele somente se aproximaram nos dias de eleição. Sua estrutura não tinha base, pois deles não participava a massa dos eleitores. Nada, absolutamente nada, fizeram para mudar as relações de classe. Durante o Império e a República Velha, a sociedade brasileira não teria sido outra, se não existissem os partidos políticos e o sufrágio universal. Tal, para nós, a inexpressividade dessas duas instituições.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, Joaquim Aurélio Nabuco de, *O Abolitionismo*, Londres, Typ. Abraham Kingdon, 1883.
2. CALÓGERAS, J. Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, 6. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1966.
3. COSTA, Emília Viotti da, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil", in Dias, Manuel Nunes *et al.*, *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, pp. 63-124.
4. DAHRENDORF, Ralf, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial (Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft)*, Madrid, Rialp, 1970.
5. DUARTE, Nestor, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*, São Paulo, Ed. Nacional, 1949.
6. FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1958.
7. FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira, "Estrutura Econômica e Partidos", in Menezes, Djacir, *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Inep, 1957, p. 294.
8. FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, 6. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1969.
9. GRACIAREMA, Jorge, *O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina (Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina)*, São Paulo, Mestre Jou, 1971.
10. JAGUARIBE, Hélio, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1969.

11. LAMBERT, Jacques *Os Dois Brasís*, 6. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1970.
12. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto: O Município e o regime representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.
13. LIMA, Hermes, Partido, "Povo e Consciência Política", in Menezes, Djacir, *op. cit.*, pp. 252-260.
14. LOPES Juarez Rubens Brandão, *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*, 2. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1970.
15. MARX, Karl, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann (The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte — Letters to Kugelmann)* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
16. MOOG, Clodimir Viana, *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre duas culturas*, 8 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
17. POULANTZAS, Nicos, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, François Maspero, 1968.
18. PRADO Jr., Caio, *História Econômica do Brasil*, 15. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972.
19. QUEIROZ Maria Isaura Pereira de, "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira", in *Estudos de Sociologia e História*, São Paulo, Anhembi, 1970, digo 1957.
20. RODRIGUES, Leôncio Martins, *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*, São Paulo, Brasiliense, 1970.
21. SMELSER, Neil J., *The Sociology of Economic Life*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1963.
22. SODRÉ, Nelson Werneck, *As Razões da Independência*, 2. ed., Rio de Janeiro Civilização Brasileira 1969.
23. ———, *Formação Histórica do Brasil*, 5. ed., São Paulo, Brasiliense, 1970.
24. STAVENHAGEN, Rodolfo, *Estratificação Social e Estrutura de Classes*, in Lukacs, Gyorgy et al., *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
25. VIANNA, Francisco José Oliveira, *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.